

Relator reduz tempo de aposentadoria da mulher para 25 anos

A primeira defesa das emendas populares à Constituinte resultou, ontem, num êxito inesperado: o Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), anunciou no plenário que reduzirá para 25 anos, e não mais para 30, como está no substitutivo, o tempo de serviço para a aposentadoria da mulher, solidarizando-se, desta forma, com a emenda que estava sendo defendida pelo Deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP).

A decisão refletiu de imediato no plenário da Comissão, que estava praticamente vazia. E fez com que os representantes das entidades que subscreveram as propostas passassem a confiar mais no alcance das 13 milhões de assinaturas, que apóiam 122 emendas populares. Até amanhã, serão defendidas mais 22 emendas, a maior parte das vezes por cidadãos sem mandato parlamentar, fato inédito na história do Congresso.

O início da defesa popular, marcada para 19h, começou com 40 minutos de atraso, à espera do Presidente da Comissão, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ). A primeira expositora, Moema Viegas, 49 anos, socióloga e escritora, reivindicou clareza constitucional quanto aos direitos da mulher, a partir da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo.

A mesma ênfase foi utilizada por Dom Benedito Ulhoa Vieira, na emenda sobre família; por Lúcia Paolita Homem, com relação à aposentadoria das donas-de-casa; por Francisco Massá, que defendeu os direitos da família, e por Maria Amélia Teles, defensora da saúde da mulher. Maria Amélia defendeu a emenda autorizando o aborto de fetos de até 90 dias, cabendo ao Estado prestar a assistência médica na rede de saúde, proposta rejeitada pela maioria dos constituintes.

Antes das defesas, Cabral se reuniu com as lideranças dos partidos "progressistas", ao meio-dia, e fez outras modificações em seu substitutivo: limitação dos recursos públicos apenas às escolas da rede oficial de ensino; e subordinação das Forças Armadas, além de a autoridade suprema do Presidente da República, também aos Poderes Constitucionais, a quem caberá acioná-las para a manutenção da ordem constituio-

nal. O capítulo do sistema tributário também foi alterado: na seção sobre limitações ao poder de tributar, estabeleceu-se imunidade para os serviços de transportes; e na destinação dos 2% do Imposto de Renda e do IPI arrecadado pela União para as regiões Norte e Nordeste, os recursos serão repassados aos municípios pelos Estados, e não mais pelas instituições de fomento, como estava anteriormente previsto.

O substitutivo prevê nas disposições transitórias o sistema eleitoral misto, que permite ao candidato a Deputado federal ou estadual concorrer, simultaneamente, pelos sistemas distrital e proporcional; a realização de plebiscito nos Estados de Goiás, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pará e Amazonas, além de nos territórios de Roraima e Amapá, para que a população opine sobre a criação de Estados a partir da redivisão territorial nos seis primeiros casos; e a realização de plebiscito para que a população do Rio de Janeiro se pronuncie sobre a fusão do Estado com o da Guanabara, junto com as eleições municipais de 15 de novembro do próximo ano.

Depois de muita negociação, o Relator e o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, redigiram, juntos, o texto da anistia. Nas disposições transitórias, é concedida a anistia a todos os atingidos por atos de exceção, institucionais ou complementares, no período de 18 de setembro de 1946 até a promulgação da Constituinte. Abrange ainda os atingidos pelo decreto-legislativo 18/61 e pelo decreto-lei 864/69. A todos o texto assegura as promoções na inatividade, cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, a serem calculadas a partir da promulgação da nova Carta.

A estabilidade no emprego foi substituída pelo proteção ao trabalhador contra dispensa imotivada ou sem justa causa, mas remete essas condições à lei ordinária. A jornada de trabalho terá duração diária não superior a oito horas e, nos casos de trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, esta jornada não poderá ser superior a seis horas.

Álvaro Dias quer novo sistema só após transição

O parlamentarismo como preceito constitucional permanente e o presidencialismo durante o período de transição foram propostos pelo Governador do Paraná, Álvaro Dias, à saída do gabinete do Governador Moreira Franco, a quem fez, ontem à tarde, uma visita de surpresa. Para Dias, no caso de o texto final da Constituição optar pelo presidencialismo, "o povo deve ser consultado sobre isso através de um plebiscito". E em sua opinião, o mandato do presidente José Sarney será de quatro ou cinco anos, de acordo com os rumos tomados pelo Plano Bresser:

— Se o plano estiver consolidado, o mandato será de cinco, se não será de quatro anos — assegurou, prognosticando para depois da suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte "um reacomodamento das forças políticas".

O Governador paranaense não quis informar qual será sua opção, mas garantiu que ao ser eleito para o Governo de seu Estado pelo PMDB, acumulou 71% dos votos válidos e sua administração — conforme uma recente pesquisa — está satisfazendo



Álvaro propõe também plebiscito

a 57% do eleitorado. Trata-se de um fato raro em tempos de impopularidade do PMDB, reconhece, apresentando logo em seguida uma justificativa para seu sucesso:

— Nosso Estado é o único que está prendendo criminosos de colarinho branco.

Sarney chama Cabral e se queixa da proposta de parlamentarismo

Foto de Gilberto Alves



Fernando Henrique e Cabral deixam o Alvorada após reunião com Sarney

BRASÍLIA — Foi uma reunião dura. Durante três horas e 20 minutos, na noite de terça-feira, no Palácio da Alvorada, o Presidente José Sarney, o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, expressaram ao Relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e ao Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), o inconformismo do Governo contra a proposta de implantação do parlamentarismo incluída no substitutivo do Relator.

Sarney foi enérgico. Estava profundamente contrariado por ter sido excluído dos entendimentos que estimularam Cabral a propor o parlamentarismo. Queixou-se diretamente a Cabral e veladamente criticou o comportamento dos dirigentes da Aliança Democrática que defendem a adoção do parlamentarismo durante seu Governo alegando a necessidade de um processo de transição de sistema. "Que transição é essa? Ninguém falou comigo sobre isso". Com esta frase, o Presidente descartou a proposta de implantação do parlamentarismo ainda em seu Governo, feita por Fernando Henrique durante a reunião no Palácio da Alvorada.

Mesmo sem mencionar diretamente o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, Sarney deixou clara sua mágoa por não ser informado por ele da tendência favorável ao parlamentarismo após a promulgação da nova Constituição.

— Mas Presidente, esse é um texto provisório que será mudado pela Assembleia — argumentou várias vezes Cabral, sem convencer o Presidente e seus auxiliares.

— Como esse texto é provisório? Ele é o anteprojeto da nova Constituição — rebateu Sarney, apoiado por Costa Couto e Saulo Ramos.

Em meio à discussão, calorosa na maioria do tempo, Costa Couto chegou a propor a implantação do parlamentarismo apenas em 1990, depois de concluído o Governo Sarney. A sugestão não foi aceita por Fernando Henrique, sob o argumento de que Cabral seria desmoralizado, porque anunciaria em diversas entrevistas a preferência pelo parlamentarismo 120 dias depois de promulgada a nova Constituição.

— Então é melhor não pôr nada. Ou fazemos a transição com o senhor, Presidente, ou quem nos garante que o próximo Presidente vai adotar o parlamentarismo? — alegou Fernando Henrique, socorrendo Cabral, que já dava sinais de se curvar à pressão do Presidente e de seus principais assessores.

Saulo Ramos chegou a acusar Cabral de traição, por ter alterado o sistema de Governo de presidencialista para parlamentarista, contrariando a conclusão da Comissão de Organização dos Poderes, favorável a um sistema misto de governo.

— Nós tínhamos combinado tudo e agora você alterou a proposta — acusou Saulo, que até então procurava mediar a discussão, deixando para Costa Couto a tarefa de acuar o Relator.

Embora não escondesse a tensão provocada pela discussão com os parlamentares e auxiliares diretos, em nenhum momento Sarney deixou transparecer que estivesse irritado

com as propostas do anteprojeto. Seguindo um dos presentes, o Presidente tratou Cabral com a gentileza habitual que dispensa a seus interlocutores. A posição mais dura, segundo o informante, foi a de Costa Couto, que deixou a impressão nos parlamentares de pouco conhecimento dos mecanismos de funcionamento do Poder Legislativo.

Cabral foi chamado ao Alvorada no fim da tarde, por telefonema de Costa Couto. Num indício claro de que havia a pressão do Governo para alterar o anteprojeto, pediu a Fernando Henrique para acompanhá-lo.

Em meio à pressão, Cabral contestava os argumentos e acusações de Costa Couto e Saulo Ramos com a alegação de que recebera instruções do Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ).

— Mas o Arinos, que é seu amigo, me deu instruções diferentes — argumentou, sem convencer Sarney. O Presidente contra-argumentou que Arinos não o representava.

Anistia provoca 48 horas de tensão entre o Executivo e a Constituinte

BRASÍLIA — A concessão de anistia irrestrita aos militares poderia vir a gerar a primeira crise institucional do Governo da Aliança Democrática. Esta foi a advertência feita pelo Presidente José Sarney ao Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), no encontro que mantiveram na terça-feira à tarde. Segundo um assessor do Palácio do Planalto, a questão da anistia resultou, ontem e hoje, em 48 horas mais tensas vividas pelo Governo, provocadas pela primeira ameaça concreta de confronto entre a Constituinte e o Poder Executivo.

Nesse contexto, a avaliação no Palácio do Planalto era que, se mantida a anistia nos moldes pretendidos por Bernardo Cabral, a Aliança Democrática seria colocada em posição insustentável. A mesma fonte informou que o Relator já fora advertido anteriormente pelo Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Ivan de Souza Mendes, sobre a disposição das Forças Armadas de interpretar a inflexibilidade de Cabral nessa questão como um confronto. O General teria enfatizado ainda que as Três Armas haviam cedido até o limite que conside-

ravam possível. Esse argumento, segundo o informante, motivou o Presidente Sarney a ponderar a Cabral que evitasse o clima de tensão que a insistência na anistia nos moldes definidos no substitutivo instalaria no País.

Apesar das advertências do Governo, Bernardo Cabral negou ontem que a fórmula incluída no esboço de substitutivo que apresentou ao Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), seja resultante de um acordo com os militares. Segundo ele, a anistia foi tratada de forma racional e lógica.

— Essa é uma especulação que não faz bem à nossa conduta política. É uma tentativa de desmoralizar o Legislativo — destacou o Relator, visivelmente contrariado com as especulações de que consultara o Ministro do Exército, General Leonidas Pires Gonçalves, sobre o conteúdo do novo texto.

— Não tenho porque comunicar ao Ministro do Exército que texto eu vou manter. Eu tenho que dar satisfações aos constituintes — declarou Cabral, acrescentando que, apesar de seu amigo, o Ministro do Exército não é constituinte.

'Moderados' se encontram para traçar estratégia

BRASÍLIA — Mesmo sem conhecer o substitutivo do Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), as principais lideranças dos "moderados" se reuniram na noite de ontem, no gabinete do Senador Virgílio Távora (PDS-CE), para traçar a estratégia para a apresentação de emendas na Comissão de Sistematização. A principal preocupação é em relação à reforma agrária, especialmente no item da imissão imediata na posse da terra. Eles querem a devolução da propriedade quando a desapropriação for considerada injusta.

Ficou acertada uma nova reunião para hoje de manhã, quando será possível uma análise do substitutivo. Os "moderados" farão uma comparação com o projeto "Hércules", elaborado pelo "Grupo dos 32", para identificar as inovações. Apoiarão as mudanças consideradas positivas, mas vão elaborar emendas em substituição aos pontos com os quais não concordem.

Para eles, este é o momento decisivo, pois será muito difícil alterar o projeto no plenário, como ressaltou o Senador José Richa (PMDB-PR). O Deputado Afif Domingos (PL-SP) informou que o grupo pretende reeditar o "Hércules". Estiveram presentes, além de Richa e Afif, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) e os Deputados Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Israel Pinheiro (PMDB-MG), Konder Reis (PDS-SC), Cid Carvalho (PMDB-MA) e Joaquim Beviláqua (PTB-SP). Eles vinham discutindo, desde o começo da semana, para preparar as emendas e começar a articulação para a votação.

Sandra Cavalcanti adianta que este grupo defende um modelo econômico com a menor interferência possível do Estado, cuja função seria apenas a de estimular e fiscalizar a produção. Neste ponto, ela reconhece que o esboço de substitutivo do Deputado Bernardo Cabral agrada ao grupo.

Mas a grande preocupação é em relação à reforma agrária. O Deputado Afif Domingos não aceita a perda da terra por "curso de prazo", depois de 90 dias do ato de desapropriação, caso o recurso do proprietário não seja julgado pela Justiça. Ele considera o dispositivo "um atentado".

— Quem criticava a aprovação de decretos por curso de prazo, como pode agora estar recomendando esta medida para os produtores?

Já a Deputada Sandra Cavalcanti tem outra preocupação. Ela entende que deve ser preservado o direito dos proprietários de recorrer à Justiça para reaver suas terras, no caso de uma desapropriação ser injusta:

— É impossível fazer reforma agrária sem garantir o direito de propriedade. Da forma como está, mesmo quem é beneficiado pela reforma não tem a garantia de que esta terra não lhe será tirada um dia. O funcionário do Inera terá razão sempre, mesmo que o Juiz diga que ele está errado. No máximo, o proprietário vai receber em dinheiro aquilo que não queria vender.

O grupo reunido ontem também estava preocupado com relação à exiguidade de tempo para apresentação de emendas. O Senador Virgílio Távora criticava "este sistema aloradado, onde todos podem apresentar emendas à Sistematização". Ele teme que o número de emendas seja novamente exagerado. Eles terão até a quarta-feira para elaborar as suas propostas, devendo trabalhar todo o fim de semana.

Malina considera golpismo a campanha pelas diretas já

BELO HORIZONTE — "Golpismo". É assim que o Presidente nacional do PCB, Salomão Malina, vê a atitude de setores da esquerda que defendem diretas já. Favorável aos quatro anos de mandato, Malina diz que seu partido entende que uma campanha por eleições diretas agora vai atropelar ainda mais os trabalhos da Constituinte, "desviando a luta do povo do que é fundamental — a instituição do estado de direito democrático —, para a demagogia".

O líder comunista esteve em Belo Horizonte para abrir o ciclo de debates do partido sobre a realidade econômica, política e social do país. De acordo com ele, a posição dos comunistas, firmada no Congresso nacional do PCB, em julho, é de que o Brasil deve suspender por cinco

anos o pagamento da dívida externa e negociar o pagamento, a partir daí, de no máximo 20 por cento do saldo da balança comercial.

— Um país onde a maior parte da população economicamente ativa ganha até um salário-mínimo, em que 80 milhões de pessoas estão fora do mercado e cujo governo não tem recursos para aplicar, um país assim não pode se dar ao luxo de pagar 1 bilhão de dólares por mês de dívida externa. É um contrassenso — argumentou.

O presidente do PCB disse que seu partido não concorda também que seja da competência do Presidente da República decidir se seu mandato será de cinco ou seis anos. Essa tarefa, segundo entende, é da alçada da Assembleia Nacional Constituinte.

Secretários sem partido seguem opção do Prefeito

A administração municipal do Rio está próxima de uma unidade partidária. Ontem, em reunião na Prefeitura, dez secretários municipais sem partido disseram que vão acompanhar o Prefeito Saturnino Braga em sua nova opção partidária. Saturnino pretende entrar no PSB, mas sua escolha definitiva só será feita depois do encontro de socialistas em Brasília, em setembro. O Vice-Prefeito Jó Resende, que garantiu fidelidade ao Prefeito, descartou sua ida para o PT e disse que vai a Brasília.

Dos 16 secretários municipais, apenas seis têm filiação partidária: o de Planejamento, Aloísio Teixeira (PMDB); o de Desenvolvimento Social, Sérgio Andréa (PT); o de Educação, Moacir de Góes (PMDB); o de Esportes e Lazer, Sérgio Cabral (PSB); o de Assuntos Especiais, Marcelo Cerqueira (PSB); e o de Cultura, Antônio Pedro (PDT). Antônio Pedro afirma, entretanto, não ser "militante típico".

Dos 30 administradores regionais que foram à reunião, apenas um continua filiado ao PDT: Ricardo Rotemberg, de Copacabana. Os outros também seguirão a decisão do Prefeito.

São os seguintes os secretários sem partido: Jó Resende (Governo), Antônio Carlos Flores de Moraes (Fazenda), José Frejat (Administração), Luiz Edmundo Costa Leite (Obras), José Assad (Saúde), Flávio Ferreira (Desenvolvimento Urbano), José Augusto Assumpção Brito (Desenvolvimento Econômico), Miguel Bahury (Transportes), José Eudes e Pedro Celso Uchoa Cavalcante (Assuntos Especiais).

Durante a reunião, Marcelo Cerqueira disse que o PSB está totalmente aberto a adesões, podendo até reformular seu programa para isso.